

Documentação

Fonte: OESP

Data: 24/8/99 pg. 12

Class: 27

JOSÉ GOLDEMBERG

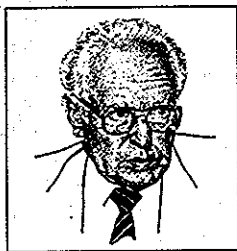
## O futuro das hidrelétricas

**R**euniu-se há alguns dias, em São Paulo, a Comissão Internacional de Barragens, cuja finalidade é fazer uma avaliação das grandes represas existentes no mundo e recomendações sobre seus méritos, problemas e seu futuro.

A comissão foi criada pelo Banco Mundial e pela União Internacional para a Conservação da Natureza, uma insuspeita organização que congrega inúmeras entidades ambientalistas. Trata-se, pois, de uma iniciativa sem precedentes, em que o Banco Mundial – principal impulsionador das usinas hidrelétricas no mundo – promove uma avaliação dos próprios projetos que apóia juntamente com ambientalistas, muitos deles cétricos das vantagens sociais e ambientais desses projetos.

A comissão é independente e seu presidente é o respeitado ministro de Recursos Naturais da África do Sul (atualmente ministro da Educação daquele país). Os demais membros foram escolhidos de comum acordo pelas organizações promotoras da comissão, o que não foi fácil. Ela existe há mais de um ano, sendo apoiada num eficiente secretariado.

O problema diante da comissão é o seguinte: barragens interrompem o curso dos rios, regularizam o fluxo da água, permitindo geração de energia elétrica, e facilitam a irrigação e outras atividades, como o lazer e o turismo. A irrigação resultante da construção de barragens foi praticada desde o início da civilização na Mesopotâmia e a geração de energia elétrica representa hoje cerca de um terço de toda a



**Aspectos ambientais e sociais devem ser levados em conta na construção de barragens**

eletricidade usada no mundo. Dezenas de milhares de barragens já foram construídas.

No entanto, da construção de barragens podem resultar consequências indesejáveis, como a deterioração do meio ambiente, atentados à fauna e à flora, o deslocamento de populações ribeirinhas. Em geral,

os grupos sociais prejudicados são os pobres das zonas rurais e os beneficiados vivem em cidades distantes dos locais onde os problemas ocorrem, mas onde as decisões, em geral, são tomadas.

Há, portanto, problemas ambientais, sociais e políticos causados pela construção de barragens e sua solução depende de um compromisso que leve em conta todos os interesses envolvidos.

Só para dar um exemplo, a construção de barragens no Brasil já inundou cerca de 35 mil km<sup>2</sup> e afetou cerca de 1 milhão de pessoas. Em compensação, beneficiou mais de 100 milhões de habitantes.

As vezes, contudo, surgem problemas e, daí, a resistência crescente de vários grupos à construção de novas barragens em várias partes do mundo. Essa resistência se choca com as necessidades de energia e água de outros setores da sociedade.

Por essas razões, o Banco Mundial, principal financiador de empreendimentos hidrelétricos no passado, está no presente muito pressionado a restringir esses empréstimos, diante da resistência de grupos e organizações não-governamentais.

Um dos objetivos da Comissão Internacional de Barragens é estabelecer critérios que sejam adotados em futuros projetos de barra-

gens e atendam às condicionantes ambientais sem prejudicar os objetivos sociais do desenvolvimento. Para isso ela tem realizado audiências públicas em várias partes do mundo, ao mesmo tempo em que promove estudos detalhados de projetos realizados no passado, a fim de extrair deles lições e recomendações a ser adotadas em novos projetos.

A comissão já se reuniu em diversas partes do mundo (Sri Lanka, África do Sul, Checoslováquia). Nessas ocasiões, durante dois dias, organizações locais, governamentais e não-governamentais têm a oportunidade de apresentar suas visões sobre o problema e fornecer subsídios.

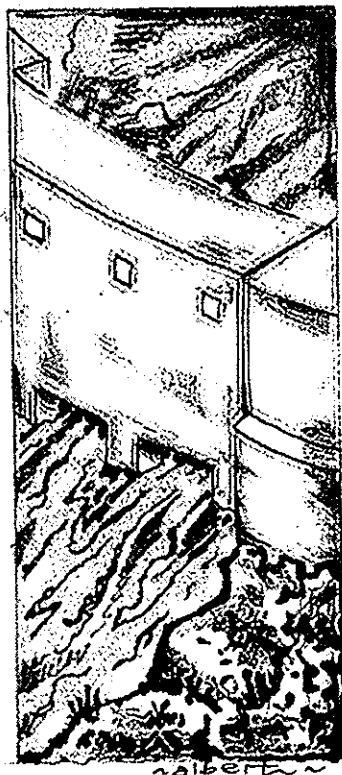
O trabalho da comissão só terminará no próximo ano, mas, desde já, podem-se perceber algumas das conclusões que emanarão do seu trabalho. A principal delas é a de que a comparação simples dos custos e benefícios de uma grande barragem não basta para justificar sua construção, apesar de esse ter sido o paradigma

usado no passado para a tomada de decisões. Considerações sociais e ambientais, que são difíceis de quantificar em termos econômicos – mas nem por isso são menos importantes –, devem ser levadas em conta.

No passado, decisões eram tomadas por políticos e grupos empresariais, que contratavam engenheiros competentes que realizavam as tarefas necessárias, passando por cima de objeções que surgissem ao longo da sua execução. Esse método de conduzir os trabalhos teve grandes sucessos, como se vê na Usina Hidrelétrica de Itaipu, mas também provocou desastres ecológicos, como o de Balbina, e sociais, como a relocação das populações atingidas pela Usina de Itaparica, na Bahia, só para citar alguns exemplos no nosso país. Muitos outros exemplos existem no resto do mundo, sobretudo em países com densidade populacional muito maior, como a Índia.

O que a experiência mostra é que, antes de iniciar qualquer grande empreendimento que envolva a construção de barragens, é de todo conveniente investigar se existem alternativas que resolveriam o problema que se propõe a solucionar, seja ele a geração de energia elétrica ou irrigação.

Mais ainda, o que se impõe qualquer projeto é a transparência e a participação de todos os grupos envolvidos. Do embate entre eles poderão surgir vencedores e vencidos, e não consenso, mas eles emergirão de um debate no qual todos os ângulos serão analisados. Mesmo que a decisão final não seja a mais correta, esse processo poderá, gradualmente, no futuro, levar a decisões melhores.



■ José Goldemberg, membro da Comissão Internacional de Barragens, foi secretário de Ciência e Tecnologia do governo federal  
E-mail: goldemb@iee.usp.br